

REFLEXÃO SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE UMBÁUBA-SE: EFEITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA FORMAÇÃO DO NÃO-BRANCO

Rafael Rodrigo Ferreira de Lima

Mestre em Ciências Ambientais pelo Instituto Federal Baiano e graduado em Administração pela Unicesumar. <https://orcid.org/0000-0002-9485-9283>

rafaelarielrodrigo@gmail.com

João Victor dos Reis Santos

Licenciado em Física pela Universidade Federal de Sergipe. <https://orcid.org/0009-0005-6058-5316>

joavictorreissantos1412@gmail.com

RESUMO: A educação é um meio de construção de uma sociedade justa e igualitária. No entanto, é também um meio de manutenção do racismo estrutural e do *status quo* do colonizador na contemporaneidade. Por esse motivo, requer não apenas a autocrítica como olhares diversos e críticos sobre os processos formativos. Neste artigo, objetivou-se refletir sobre o racismo dentro do contexto escolar da rede municipal de educação do município sergipano de Umbaúba e como isso se reflete nos cenários trabalhista, religioso, social e ambiental dos discentes até mesmo quando se escolhe um animal de estimação. A metodologia empregada possuiu caráter exploratório, de natureza quali-quantitativo em que foi utilizado a revisão narrativa da literatura para o embasamento teórico do tema analisado e a pesquisa de campo com a aplicação de questionários estruturados para a coleta de dados em escolas da rede pública de educação básica do município de Umbaúba-SE. Os resultados apontaram para a manutenção do racismo estrutural por meio da ação pedagógica no ambiente escolar de Umbaúba-SE, com reflexos na adoção de animais domésticos. Concluiu-se que, em Sergipe e em Umbaúba, a maioria da população se vê e se percebe como negra, parda e preta, sobre uma necropedagogia que tem se colocado como mantenedora do status quo do colonizador na contemporaneidade enquanto o negro aprende o básico para ser, como antes, apenas uma ferramenta do sistema produtivo.

Palavras-chave: Preconceito racial. Subalternização. Violência social.

REFLECTION ON STRUCTURAL RACISM IN PUBLIC EDUCATION IN UMBÁUBA-SE: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL EFFECTS OF NON-WHITE TRAINING

ABSTRACT: Education is a means of building a fair and egalitarian society. However, it is also a means of maintaining structural racism and the colonizer's *status quo* in contemporary times. For this reason, it requires not only self-criticism but also diverse and critical perspectives on the formative processes. In this article, the objective was to reflect on racism within the school context of the municipal education network in the municipality of Umbaúba in Sergipe and how this is reflected in the work, religious, social and environmental scenarios of students, even when choosing a pet. The methodology used had an exploratory character, of a qualitative and quantitative nature, in which a narrative review of the literature was used for the theoretical basis of the analyzed topic and field research with the application of structured questionnaires for data collection in public schools. basic education in the municipality of Umbaúba-SE. The results pointed to the maintenance of structural racism through pedagogical action in the school environment of Umbaúba-SE, with consequences in the adoption of domestic animals. It was concluded that, in Sergipe and Umbaúba, the majority of the population sees themselves and perceives themselves as black, brown and black, under a necropedagogy that has positioned itself as maintaining the colonizer's status quo in contemporary times while black people learn the basics to be, as before, just a tool of the production system.

Keywords: Racial prejudice. Subordination. Social violence.

1 INTRODUÇÃO

A educação é fonte de informação, liberdade ideológica e instrumentação para o mercado de trabalho e, também, arma para a manutenção do poder do colonizador na contemporaneidade ao manter preconceitos e violências racistas sobre as parcelas subalternizadas da população brasileira.

Vista com uma sacralidade conveniente em que não se admite a manutenção do racismo e das violências que dele decorre, o processo educativo nos espaços escolares perpetua tais aspectos negativos da sociedade brasileira contra os não-brancos. E, uma vez que não se questiona e não se abre a ferida necropedagógica, a manutenção do jovem não-branco, como o negro, se dá de forma normalizada no trabalho infantil, na violência ambiental e no cerceamento econômico à uma vida digna.

Lordi; Garcez (2024, p. 62), ao refletir sobre a estrutura racista que ainda sustenta as violências na sociedade brasileira apontaram que essa estrutura busca “manter as relações de domínio, utilizando de um conjunto de práticas institucionais, políticas, culturais e interpessoais que até hoje são reproduzidas, e que perduram proporcionando posição de

privilégio aos descendentes de escravistas”. Assim, é fundamental, nas mais diferentes localidades do interior do Brasil, analisar como ainda se mantém o racismo estrutural no processo formativo e educacional com a finalidade de levar à reflexão e, conseqüentemente, à mudanças nos processos pedagógicos e nos currículos educacionais.

Nesse contexto, este artigo objetiva refletir sobre o racismo dentro do contexto escolar da rede municipal de educação do município sergipano de Umbaúba e como isso se reflete nos cenários trabalhista, religioso, social e ambiental dos discentes até mesmo quando se escolhe um animal de estimação. Essa proposta requereu não apenas a sensibilidade para a atenção no processo formativo, mas também o risco do repúdio pela academia que, por vezes, ignora os reflexos sociais do racismo estrutural que ela mesmo comete.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada possui caráter exploratório, de natureza quali-quantitativo em que foi utilizado a revisão narrativa da literatura para o embasamento teórico do tema analisado e a pesquisa de campo com a aplicação de questionários estruturados para a coleta de dados em escolas da rede pública de educação básica do município de Umbaúba-SE.

A revisão da literatura foi realizada utilizando os descritores “racismo educacional”, “racismo ambiental”, “racismo educacional+sergipe” e “gato preto” na plataforma de Periódicos Capes, utilizando filtros para artigos com acesso aberto e revisado por pares, com restrição temporal entre os anos de 2000 e 2024. Os mesmos critérios foram utilizados em um buscador acadêmico de forma complementar. Os artigos foram selecionados de acordo com sua aderência à proposta deste trabalho e trabalhados criticamente com relação à realidade geográfica analisada.

A coleta de dados ocorreu em duas escolas da rede pública de educação do município de Umbaúba, envolvendo 115 participantes, sendo 51 do gênero masculino e 64 do gênero feminino, nos níveis dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A figura 1 mostra a divisão, por níveis e modalidade de ensino dos participantes da pesquisa de campo.

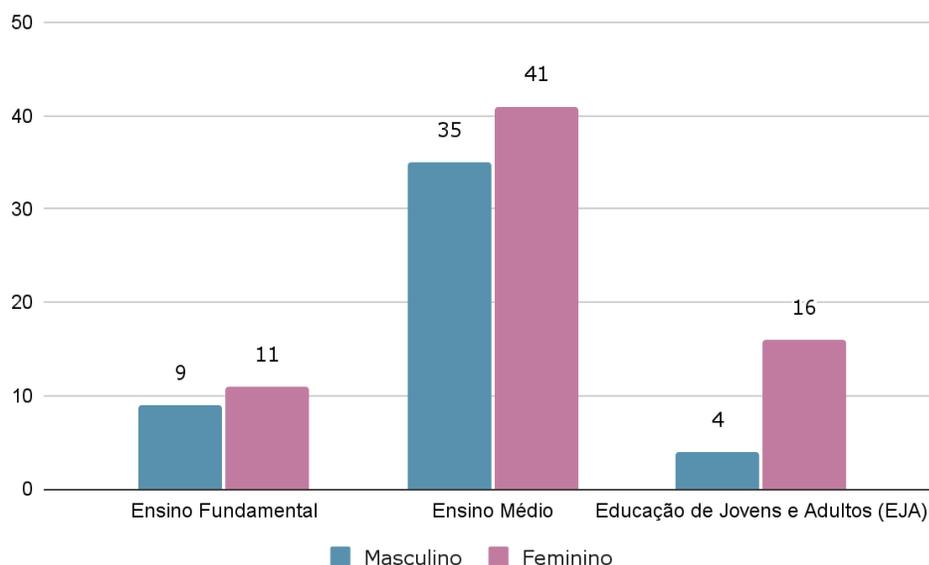


Figura 1: Grau de instrução dos indivíduos amostrados.
Fonte: autores, 2024

Foram mantidos, a pedido e como condicionante, o nome dos estabelecimentos de ensino em virtude do tamanho da rede e como forma de obter a fidedignidade das informações coletadas. Os participantes foram informados sobre o teor da pesquisa, o objetivo buscado e a forma de manutenção do sigilo e compartilhamento das informações no formato de comunicação científica, garantido anonimato.

O formulário empregado foi estruturado em perguntas objetivas, com imagens ilustrativas, impresso, em virtude da falta de acesso à internet, e aplicados entre fevereiro e março de 2024, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O racismo corresponde a uma sequela colonizadora que ainda institui diretrizes comportamentais da sociedade brasileira e baliza os processos formativos e educacionais da população. Tal constatação possui, como se espera, uma dificuldade de documentação e publicização pelos meios científicos e midiáticos em face da estrutura vigente. No entanto, para

além do processo de documentação, essa realidade pode ser observada nas salas de aula, nas ruas, nas estatísticas e na qualidade de vida das populações atingidas.

A reflexão sobre a realidade do racismo não é, entretanto, fácil. As figuras construídas que servem de exemplo e norteamento para os indivíduos são fundamentadas sobre a perspectiva colonizadora do ser, do saber e do fazer, dentro e fora dos espaços de construção do conhecimento. Essa abrangência e profundidade do racismo alcança aspectos econômicos e sociais capazes não apenas de manter e desenvolver o estágio atual do racismo como também de impedir sua discussão, reflexão e combate. Isso porque,

[...] no Brasil, a desigualdade econômica e classe não dão conta de explicar o abismo social existente entre negros e brancos. O racismo faz parte da organização política, é estrutural e inerente à sociedade brasileira como um todo (Martins, 2022, p. 347).

É fácil perceber, assim, que os instrumentos empregados para o exercício do racismo são também estatais. Sendo legitimado pelo Estado em formas socialmente aceitas e justificadas, a violência do racismo reflete o negro como objeto, barato e passível do mínimo para sobreviver e executar as funções que a estrutura social dominadora lhes atribui em um espaço de “senso comum”.

A representação social do negro é uma questão muitas vezes baseada no senso comum a partir das diversas visões de realidade sujeitas a modificações por fatores econômicos, políticos e sociais. A figura do negro nas representações sociais é determinada por ideias, estereótipos, juízos e imagens constituídos previamente por diferentes realidades parciais (Eufrásio et al., 2023, p. 247).

Não raro, a violência racista, com operadores sociais e institucionais preparados ao longo da história brasileira, garantiu, até este momento, a manutenção da subalternidade do negro e o elegeu como “objeto” primário do ódio que se espalha por outras etnias e suas representações sociais, políticas, econômicas e religiosas a partir da base da formação de qualquer núcleo comunitário - a educação.

Presente em unidades de ensino, no núcleo familiar, na relação comunitária e no compartilhar e construir o saber, a educação é uma ferramenta poderosa não apenas para o desenvolvimento de uma localidade como também pode, nefastamente, ser empregada como forma de manutenção da subalternidade e da dominação econômica e intelectual. Quando se

trata do racismo e das suas violências, verifica-se uma estrutura complexa e bem estruturada utilizada para manter o negro na subalternidade e na figura de uma criatura que necessita de “domesticação”. Sobre essa estrutura educacional

[...] é preciso considerar que há vários interesses em jogo e que a educação das relações étnico-raciais abala as estruturas de um poder classista, machista, racista e homofóbico, portanto há movimentos para que o sistema educacional não seja estimulador de mentalidades democráticas (Ribeiro; Squilante, 2022, p.12).

Ou seja, a partir da via de construção do saber e do fazer saber a prática racista segrega os subalternamente segregados e os classifica, assim como é prática com objetos e seres inanimados, criando subestruturas que garantem conflitos internos à classe subalternizada e desvia o foco do verdadeiro e estrutural problema social. Nesse escopo necropedagógico,

A invisibilidade da população negra associada ao fenômeno do colorismo são violências raciais que perpassam o cotidiano escolar e que, muitas vezes, não são percebidas como racismo e muito menos elegidas como questões para serem debatidas e combatidas (Ribeiro; Squilante, 2022, p.9).

Essa realidade “sutil” reflete-se no desenvolvimento acadêmico do indivíduo oprimido. Sobre isso, Eufrásio et al. (2023, p. 245) aduz que

O jovem negro na escola sofre grande discriminação racial e, comumente, está em uma situação de grande vulnerabilidade social. A cada ano escolar, a porcentagem de alunos negros na escola diminui. Ao se comparar o 1º ano do ensino fundamental com o 3º ano do ensino médio, é possível perceber como a evasão dos alunos de pele negra é extremamente alta se comparada à evasão dos alunos com outras cores de pele.

E não se pode, a partir dos dados e da reflexão desses autores, ignorar o fato de que o aluno negro é visualizado como alguém incapaz que precisa ser congratulado por atuações comuns. Esse é o lado do racismo que se aprende e se perpetua por meio da estigmatização do ser humano classificado em virtude de sua cor, desconsiderando todo o contexto extra sala de aula. Eufrásio et al. (2023, p. 245) ressalta que

Existe um grande problema na base pedagógica de ensino quando estamos lidando com o aluno negro. Ele já sofre no ambiente escolar com baixa expectativa dos professores, sustentada na ideia de que terão mais dificuldades de aprendizagem. Muitas vezes, são vistos com o mesmo olhar que é colocado sobre o deficiente, já impactando negativamente a autoestima do aluno logo no início de sua jornada escolar, tornando extremamente difícil para que a criança encontre o espaço para desenvolver suas potencialidades.

É possível perceber, dessa maneira, que o ambiente escolar passa a ser um instrumento, consciente e inconsciente em diversos níveis de percepção e atuação, para a manutenção do racismo no pilar da sociedade - a educação.

De maneira geral, há um despreparo da comunidade escolar no desenvolvimento de uma escola democrática, antirracista e favorecedora de novas mentalidades, oposta ao projeto da supremacia branca e questionadora do mito da democracia racial, do colorismo e das diversas ações discriminatórias e excludentes contra a população negra brasileira (Ribeiro; Squilante, 2022, p.1).

Discriminadora e, até certo ponto, inatacável em função de construções sociais de sua imagem, o ambiente escolar necessita não de retoques sociais para a manutenção do racismo, mas de uma reestruturação eficiente em suas bases e na própria formação docente cujos objetivos sejam não apenas instrumentalizar os discentes com as ferramentas para o desenvolvimento de suas atividades sociais e produtivas como também o incentivo ao reposicionamento social dos indivíduos subalternizados na estrutura social. Nesse contexto, não se pode esquecer que

A escola é um lugar onde o indivíduo passa um tempo significativo de sua vida e, após a família, é o local onde ele entra em contato com conhecimentos fundamentais, diversidade, cultura, história, interação social, entre outros. A princípio, como é um direito de todos e tem função essencial na formação da base da sociedade, esta deve ser imparcial e contemplar todos os conteúdos de forma igualitária. Contraditoriamente, não é dessa forma que vem acontecendo. A partir do olhar sobre a história e com o apoio do estudo de caso, foi possível compreender que a passagem da escola é defasada ao olhar do negro, seja essa por falta de um conteúdo com o qual ele é capaz de se identificar, seja pela parcialidade ao retratar o negro em um lugar negativo ou até mesmo pejorativo. Sendo assim, a formação escolar tem contribuído pouco para a construção da identidade do negro, convergindo pouco com sua realidade e fazendo com que se sinta deslocado e menosprezado pela história (Eufrásio et al., 2023, p. 254).

E é se fundamentando no ambiente escolar que a busca pelas correções de micromazelas provocadas pela chaga aberta do racismo pode ser submetida a tratamento adequado para sua cicatrização, no todo ou em sua maior parte. Nesse sentido, Barros (2020, p. 11), ao tratar dos postulados de John Dube, lembra que

- a. A educação é essencial, sobretudo para os mais pobres e oprimidos, condição para a conquista de sua autonomia;
- b. Numa nação, a educação deve ser ofertada de modo igualitário para todos; e
- c. Essa educação precisa ser holística, no sentido de considerar todas as dimensões da vida como fonte de conhecimento, portanto, construída na intersecção entre mente, coração e mãos

Ao analisar os postulados de Dube, resgatados por Barros (2020), inferimos, no caso do Brasil, que a educação ainda não permite a autonomia e a liberdade dos oprimidos social e politicamente invisibilizados.

3.1 OBSERVANDO O RACISMO NO CONSTRUTO PEDAGÓGICO DE UMBAÚBA-SE

Diante do exposto, a observação do racismo não pode ser entendida como uma tarefa fácil. É necessário entender como os discentes se percebem e como percebem os elementos da paisagem em que estão inseridos e como essas percepções impactam no formalismo acadêmico do ambiente escolar.

A busca por essa compreensão foi realizada no ambiente escolar do interior de Sergipe revelando aspectos estruturais do racismo na vida social dentro e fora da escola. De acordo com o Censo Demográfico 2022, o município de Umbaúba-SE possui 4.398 indivíduos que se percebem brancos, 26 que se percebem amarelos, 22 que se declaram indígenas, 16.451 que se percebem pardos e 3.020 que se percebem negros (IBGE, 2022). Portanto, é possível afirmar que a população desse município é majoritariamente negra (preta e parda). Dessa maneira, dentro da parcela de discentes amostrada, não é surpresa constatar, conforme a Figura 2, que a maioria dos discentes são negros, seguidos dos brancos.

É possível perceber que esses indivíduos negros, seguindo a tendência do colorismo, se segregam entre si e, a partir do ora discutido, em face das práticas sociais e pedagógicas, são vistos e agem de forma diferente, atuando como vítimas e vitimizadores de conflitos endógenos à etnia.

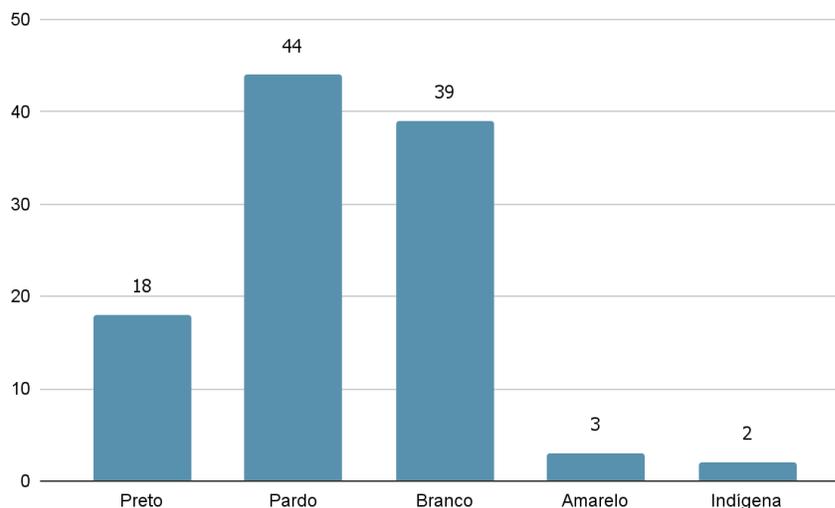


Figura 2: Etnia dos indivíduos amostrados
Fonte: autores, 2024.

O perfil étnico verificado em Umbaúba acaba por compor um quadro social enviesado no racismo e que vai além dos números por si só.

Em Sergipe, as desigualdades étnico-raciais podem ainda ser representadas e pelo quadro das classes de renda, mostrando que o racismo e a discriminação racial também atingem as possibilidades de renda, de mobilidade social e de classe das pessoas. Portanto, mais especificamente, podemos observar que a média do grupo raça/cor que mais estuda, o “branco”, tem uma renda salarial total média também maior, enquanto que os grupos que menos têm condições de prosseguir nos estudos, o “pardo” e o “preto”, têm rendimentos totais também mais baixos que os brancos (Marcon, 2008, p. 23).

A partir da observação de Marcon (2008) é possível inferir, mais de uma década depois, que o negro, mesmo representando a maioria da população sergipana e de Umbaúba (IBGE, 2022), ainda representa o grupamento de indivíduos mais afetados pelo histórico racismo estrutural brasileiro.

Além disso,

Na verdade, o acesso da população negra a recursos para a escolarização, historicamente, foi limitado. A realidade brasileira sempre foi de negação de direitos. Ou trabalha, ou estuda. Se estuda, como vai ter o que comer? Então, trabalha. Daí as chances de construir um futuro melhor vão sendo apagadas. Assim, a exclusão da população negra do sistema educacional no Brasil ainda permanece como uma estratégia racista contínua, em que, além de uma negação de direito social básico, é, sobretudo uma das formas de genocídio (Cardoso, 2022, p. 26).

É importante, de forma complementar, ressaltar que o negro, em seus múltiplos espaços, como o quilombo. Em relação a esse espaço, Santos (2013, p. 94), ao estudar a comunidade quilombola Serra da Guia no município de Poço Redondo destacou que

As taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional são elevadas entre a população jovem e adulta, cerca de 50%, sendo baixo o nível médio de escolaridade. Conforme (IDEB/INEP/MEC, 2009), cerca de 80% das famílias vivem com renda familiar mensal inferior ou igual a um salário mínimo.

Isso revela que, independente do espaço ocupado, o negro ainda sobrevive com a precariedade de acesso à renda e, por consequência, ao acesso à educação.

A população de baixa renda, em sua maioria negra, é a maior vítima dos impactos da degradação ambiental e não tem voz na tomada de decisões para solucionar os problemas enfrentados. No Brasil, as populações com menores recursos financeiros e políticos são, em geral, as que recebem os maiores impactos da degradação ambiental e também as que possuem menor poder para definir qual deve ser o uso dado ao meio ambiente e aos recursos naturais de seus territórios. (Oliveira, 2022, p. 47)

Quando se observa o indivíduo negro no ambiente escolar a situação não deixa de ser menos desesperado no tocante à formação cidadã e igualitária ao acesso à educação e às condições de desenvolvimento intelectual. Ao entrevistar docentes em uma unidade de ensino sobre o racismo, Santos (2013, p. 133) verificou que o

[...] preconceito no cotidiano da sala de aula ou mesmo na escola, uma delas enfatizando que apenas vê esse fato algumas vezes e a outra assegura sua percepção com maior intensidade. Entendemos que há um tipo de racismo institucionalizado na escola, através de brincadeiras e manifestações pejorativas, que mascaram um mecanismo excludente contrário ao desenvolvimento da autoestima das crianças negras.

A questão do racismo e das múltiplas violências sofridas pelo indivíduo pobre e negro não é restrita apenas ao distante interior sergipano. Em um estudo realizado em São Cristóvão-

SE, localizado na região metropolitana de Aracaju, Passos et al. (2018, p. 23) relataram que os alunos “quando perguntados sobre a vivência do preconceito, 37% declararam ter sofrido preconceito e destes 16% afirmaram que isso se deveu à cor da sua pele”.

A cor da pele, e apenas isso, é a âncora dos racistas estruturais usada para manter e reproduzir padrões excludentes sob as mais diferentes formas de manifestação.

Quando se diz “você é feio!”, “sua cor é feia!” “você é preto!” “você parece um macaco!” “você parece um urubu!” todo um conjunto de sentimentos é ativado nas crianças negras. Quando, por exemplo, se chama uma criança negra de “urubu” e de “macaco” é dada a essa criança uma representação de um animal, é tirada dela a imagem de uma pessoa e ela passa a ser caracterizada como um animal, em uma forma de infrahumanização (Moreira-Primo; França, 2020, p. 33)

Matos e França (2021) destacam que o racismo vivenciado na escola, sob formas de apelidos, piadas e xingamentos, influenciam na forma como o discente se percebe e na sua autoestima, interferindo no seu rendimento escolar.

Além da subalternização da criança e do jovem negro há elementos latentes sobre dominação nas mais diferentes relações homem-homem e homem-natureza que ainda se mantém em virtude da conveniência do *status quo* mantido. O homem ainda não se vê parte dos elementos do meio ambiente e, por isso, crê-se no direito de moldá-lo, destruí-lo e modificá-lo, ainda que as consequências danosas sejam visíveis. É a partir desse raciocínio que o racismo se apoia na reprodução da tentativa de “bestialização” dos indivíduos não-brancos.

Sobre essa relação latente de dominação homem-natureza manifestada na relação homem-homem no campo de domínio do racismo, deve-se considerar que

Às populações e aos corpos racializados não é reconhecida a mesma dignidade humana que é atribuída aos que os dominam. São populações e corpos que, apesar de todas as declarações universais dos direitos humanos, são existencialmente considerados sub-humanos, seres inferiores na escala do ser, e as suas vidas pouco valor têm para quem os oprime, sendo vítimas do racismo, da xenofobia, da expulsão das suas terras para abrir caminho aos megaprojetos mineiros e agroindustriais e à especulação imobiliária, da violência policial e das milícias paramilitares, do tráfico de pessoas e de órgãos, do trabalho escravo designado eufemisticamente como “trabalho análogo ao trabalho escravo” para satisfazer a hipocrisia bem-pensante das relações internacionais, da conversão das suas comunidades de rios cristalinos e florestas idílicas em infernos tóxicos de degradação ambiental. Vivem em zonas de sacrifício, a cada momento em risco de se transformarem em zonas de não-ser (Oliveira, 2022, p.45)

Nesse cenário de exclusão endógeno dos excluídos, os indivíduos que se percebem como amarelos e os indígenas ocupam espaços, também, invisibilizados na corriqueira imagem debatedora de que o racismo é apenas entre o branco e o negro. É válido ressaltar que, nessa amostra, 10% dos indígenas dos municípios estão representados.

Na amostra analisada, a idade é um indicador que chama a atenção. O conjunto, majoritariamente negro, é composto por indivíduos muito jovens e isso não é ruim. Perceber que esses jovens estão ocupando o espaço escolar é o mínimo esperado para os indivíduos em formação. Dentro da distribuição etária, os indivíduos amostrados são, em sua maioria, jovens entre 15 e 18 anos. No levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa faixa etária corresponde a 2.052 indivíduos, ou 8, 58% da população umbaubense.

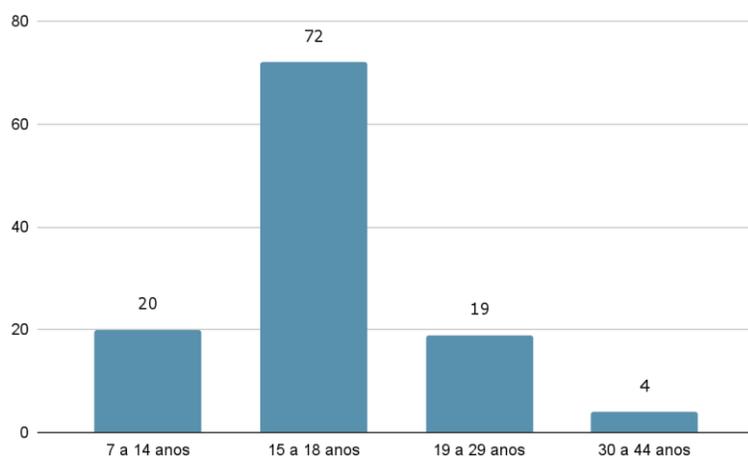


Figura 3: Faixa etária dos indivíduos amostrados
Fonte: autores, 2024

A atenção à idade dos jovens negros é um importante indicador no combate ao trabalho infantil (TI). Sobre isso, Cardoso (2022, p. 14) esclarece que

Em Sergipe, conforme pode ser observado, o padrão predominante no TI é de crianças e adolescentes do sexo masculino, que representa um percentual de 74,3%, em comparação as mulheres, 25,7% da população ocupada. Pessoas pretas e pardas somam 12.694 do valor total, enquanto não negros foram identificadas 4.153 pessoas.

Mais que uma simples constatação, o trabalho infantil ainda é um entrave para o desenvolvimento de crianças e adolescentes negros sergipanos que, assim como no restante do país, vitimiza esses indivíduos por meio de um racismo latente, exposto e feroz que, por vezes, assume discursos que buscam justificá-lo (Vasconcelos, 2011).

No centro-sul sergipano, onde se localiza Umbaúba, o trabalho infantil é parte da sustentação da produção agrícola de citrus. Vasconcelos (2011, p. 11) registrou que

O que chama atenção, contudo, é o fato de a mão de obra infantil ser base da sustentação das frutas cítricas no território sergipano. Nos 12 mil estabelecimentos com exploração de frutas cítricas, são 43 mil pessoas ocupadas, na maior parte homens (69%) e, sobretudo, crianças menores de 14 anos (88%). Mesmo entre as mulheres, o índice de crianças é expressivo (79%).

Alves et al. (2023, p. 6) acrescentam que, em Sergipe,

Do universo de crianças e adolescentes trabalhadores, 74,3% eram meninos (12.523) e 25,7% eram meninas (4.323). Em relação à faixa etária, 3,2% tinham entre 5 e 9 anos (547), 14,3% tinham entre 10 e 13 anos (2.402), 25,6% tinham entre 14 e 15 anos (4.314) e 56,9% tinham entre 16 e 17 anos (9.584). Quanto à raça, 24,6% não eram negros (4.153) e 75,4% eram negros (12.694). Quanto à localização, 51,7% das crianças e adolescentes trabalhadores residiam em áreas rurais (8.711) e 48,3% em áreas urbanas (8.135).

Quando se passa à análise para os termos de ocupação, a maioria das crianças e adolescentes em Sergipe eram "trabalhadores elementares da agricultura", representando 13,4% do total (2.259). Em seguida, vinham os "trabalhadores elementares da pecuária" (1.555 ou 9,2%) e os "vendedores de quiosques e postos de mercados" (1.052 ou 6,2%)

O espaço temporal entre as afirmações de Vasconcelos (2011) e Alves et al. (2023) mostram que o quadro do trabalho infantil em Sergipe pouco mudou. E, como se pode esperar do resultado do racismo, a maioria das crianças e adolescentes são negros, com a faixa etária entre 14 e 17 anos. É por isso que, conforme a Figura 3, a constatação de que a maioria dos indivíduos entrevistados estarem na faixa etária dos mais atingidos pelo trabalho infantil é um fator que requer atenção e cuidado com esse público no tratamento do racismo dentro do ambiente escolar, com reflexos para a vida social extraclasse, pois, uma vez absorvidos pelo trabalho informal e precoce, os reflexos tendem a se tornar visíveis na educação. Vasconcelos (2013, p. 229) aduz que

Uma das consequências mais notórias do trabalho infantil é a queda no desempenho escolar. Apesar de matriculado e de sua frequência na escola, o aluno não tem educação de qualidade ou uma aprendizagem significativa. Estudos mostram que as crianças trabalhadoras sofrem desgaste físico constante o que impede seu desenvolvimento intelectual.

Aliado ao desgaste físico e social provocado pelo trabalho, há a influência religiosa nas decisões sociais no contexto extraclasse e que interfere e é interferido pelo processo formativo. No conjunto amostrado, há a predominância de autodeclarados cristãos seguidos por aqueles que não se definem religiosamente e, em menor expressividade, os que se identificam com as religiões de matriz africana e espírita, conforme a Figura 4.

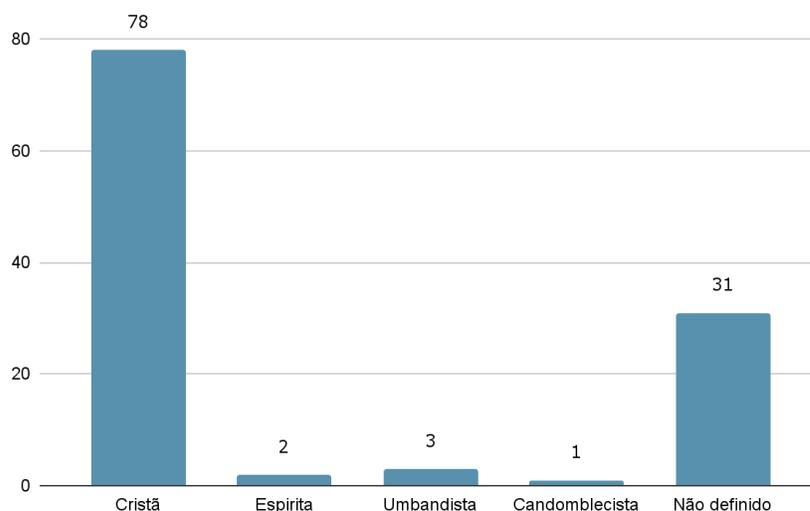


Figura 4: Denominação religiosa dos indivíduos amostrados
Fonte: autores, 2024.

Nesse aspecto, chama a atenção que em um conjunto de indivíduos que se identificam e se declaram negros, em sua maioria, sejam cristãos. Isso pode refletir, de forma subjacente, o reflexo do racismo quanto à sua identificação social religiosa e que resgata o processo de desumanização do indivíduo negro.

Ele – o processo de desumanização – é o responsável por inculcar na mentalidade social as figuras de negatividade relacionadas a tudo que pertence à negritude. Sem esse processo é difícil justificar a inferioridade dos afrodescendentes, logo, a desumanização do corpo negro é vital para que as experiências de violências perpetradas pelo Estado possam existir e funcionar de forma exemplar (Monteiro, 2024, p. 521).

Junto com essa desumanização há toda uma estrutura erigida com a finalidade de anulação da expressividade negra em atendimento daqueles elementos aceitos e impostos outrora pelo colonizador e, na contemporaneidade, pela elite e pelos seus seguidores nas mais diferentes classes sociais, configurando-se, mais uma vez, no racismo estrutural, que agora se volta à religião do indivíduo negro. Nesse sentido,

A intolerância religiosa é um problema que pode trazer graves consequências à sociedade, tais como, *bullying*, que caracteriza agressões de vários tipos de forma intencional e sistemática; racismo, questão de discriminação estrutural em nosso país, as questões raciais trazem diversas problemáticas, principalmente se levarmos em conta a formação do país, que marginaliza desde seus primórdios as pessoas não brancas (Silva, 2023, p. 40).

Assim,

O racismo é estrutural porque ele decorre da nossa própria estrutura social, constituindo todas as esferas da convivência humana, ele é a regra. Ou seja, se ele estrutura a própria sociedade e as relações que nela operam (Monteiro, 2024, p. 521).

Nessa seara, o ambiente escolar pode, inadvertidamente ou não, servir de espaço de reprodução do racismo ao inibir a identidade do indivíduo negro que, sob argumentos de uma laicidade presumida, legitima a violência contra esses indivíduos.

Sob a tutela da laicidade da educação pública, a religião e a religiosidade africana são deixadas de lado pelos educadores praticantes de religiões cristãs. Por mais que esse tema atravesse o nosso cotidiano escolar, por mais que nossos estudantes vivenciem situações de racismo, ainda assim, há melindres no trato desta questão em específico (Santos, 2024, p. 9).

E quando são tratadas, sob a égide de preconceitos e relativo desconhecimento, ainda há o privilégio do branco em detrimento do negro em uma questão tão íntima, histórica e particular quanto a religião. Silva (2024, p. 16) esclarece que

[...] o racismo religioso atravessa de uma forma diferente para os estudantes negros em comparação aos estudantes brancos. Enquanto estudantes brancos que professam a religião afro-brasileira lutam pelo direito de professarem sua fé sem discriminação, em busca pela igualdade e o direito de se expressarem livremente, indo contra os estigmas religiosos, os estudantes negros além de participarem da mesma luta, também precisam lutar para que sua cor seja respeitada e que toda história e cultura que parte dela não recaia sobre o apagamento histórico e cultural.

Esse cenário de exclusão do negro onde seria seu lugar de domínio intelectual e social não pode ser considerado mero acaso. É, também, uma construção de dominação que objetiva retirar do negro seus elementos identitários quando nenhuma outra violência socialmente aceita e incentivada não funciona. Retirar a fala e o posicionamento do negro e dar-lhes ao branco é mais um mero silenciamento. É uma reestruturação violenta da história e da identidade resistiva dessa parcela populacional.

Diante disso, o conflito racial e da cor encontrados no ambiente escolar são frutos de um projeto de negligência e descaso perpetuados no Brasil ao longo dos séculos, e que por vezes, adentram no ambiente escolar interferindo na educação e nas relações entre alunos, professores e toda a instituição pedagógica. Os casos de racismo religioso expressados por alunos dentro do espaço escolar são casos que são silenciados e negligenciados pela equipe pedagógica, e conseqüentemente, oferecem um aval de liberação para outros estudantes continuarem propagando estigmas e inverdades baseadas em uma intolerância disfarçada de opinião, que deslegitima religiões afro-brasileiras e recusa culturas e histórias oriundas do continente africano (Silva, 2024, p.25).

E como o ambiente escolar é, ou deveria ser, o local de liberdade e aprendizado, os indivíduos que operam o conhecimento e suas forma de compartilhamento não aceitam com facilidade a fragilidade do processo formativo, que serve, sob o regime do racismo religioso, aos interesses do colonizador contemporâneo, usando-os, assim como o ser a ser oprimido, como mera ferramenta na manutenção do poder. E se

[...] a escola reflete a sociedade, há racismo religioso também no espaço escolar, pode-se dizer que se trata ainda de um assunto espinhoso, que toca em feridas e faz sangrar os atores desse universo, embora os educadores podem nem se dar conta disso (Santos, 2024, p. 15).

E percebe-se, dessa maneira, que o racismo, em suas várias facetas - religiosa, trabalhista, social, educacional -, é uma chaga aberta que pulsa na frequência dos conteúdos ministrados em sala de aula, seja no direcionamento da vida profissional dos discentes ou em seu cerceamento de escolha. No entanto, resta saber como esse racismo, nos discentes, se expressa.

Quando se resgata a visão cartesiana religiosa sobre os animais não humanos, por exemplo, verifica-se, mais uma vez, a ideia equivocadamente concebida que o animal humano é naturalmente dominador dos animais não-humanos e dos elementos da paisagem. Oliveira e Muniz (2024, p. 91) lembram que

[...] as ideias de dominação e instrumentalização dos animais foram levadas ao extremo em meados dos séculos XVI e XVII, por René Descartes, que, segundo Singer (2020), foi responsável por unir a ideia cristã de que os seres humanos, e apenas estes, possuem alma ou espírito, à concepção de que toda matéria, incluindo-se a natureza e os seres, é regida por princípios mecanicistas.

Bastos (2024, p.139) complementa que

Immanuel Kant sugere que os animais não possuem racionalidade os considerando instrumentos destinados ao uso humano, que só devem merecer proteção quando tutelados sob a forma de objetos ou propriedades, por possuírem um valor relativo.

Na visão cartesiana e a partir da história da escravização das populações negras e indígenas, não há uma similaridade em como o colonizador concebia essas populações e em como, na contemporaneidade, o colonizador moderno, a elite, age em relação aos pobres e não-brancos na alocação quanto à força de trabalho e no pré-julgamento da capacidade intelectual dessas populações subalternizadas?

Como um ensaio de resposta a esse questionamento, Kuroski; Machado (2024, p. 7) aludem que os

[...] povos indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas, entre outros, também são vítimas de uma percepção distorcida. Vistos como exóticos e pouco evoluídos, essas comunidades representam um obstáculo ao desenvolvimento e aos interesses do Estado, o que às vezes resulta em seu desaparecimento.

E quando se confronta as informações da Figura 4 com a afirmação desses autores, é fácil inferir que a manutenção de uma dada visão religiosa sobre os elementos bióticos e abióticos da paisagem pode ser reflexo, em uma razoável extrapolação do raciocínio da mecânica do racismo, da expressão desse racismo no comportamento dos subalternizados. Mesmo considerando que os animais não humanos de estimação passaram a ter um *status* de membro familiar, quase “humanizado” (Assis et al., 2023) é importante retratar a segregação desses animais em castas sociais que refletem o comportamento social dos animais humanos na estrutura da pirâmide social. Corroborando com essa analogia, Chaigar; Nunes (2023, p. 105) alegam que

Das ninhadas que recebem um lar, gatinhos pretos vão ficando por último, muitas vezes sequer são adotados. Nessas situações, é reproduzido modelo semelhante ao que padroniza tipos humanos e estigmatiza boa parte deles como, por exemplo, nas adoções a preferência por bebês em detrimento de crianças com mais idade ou perante etarismo e a intolerância com os mais velhos, promotora de abandonos e discriminações ou até descartes.

Na Figura 5 é possível observar que há uma preferência, dentre o conjunto amostrado, em animais não-humanos felinos de pequeno porte de pelagem clara, ou melhor, de fenótipos que remetem ao ideário colonizador, que também se aplica aos animais humanos, ainda que, para esses discentes, isso não seja, internamente, tão claro.

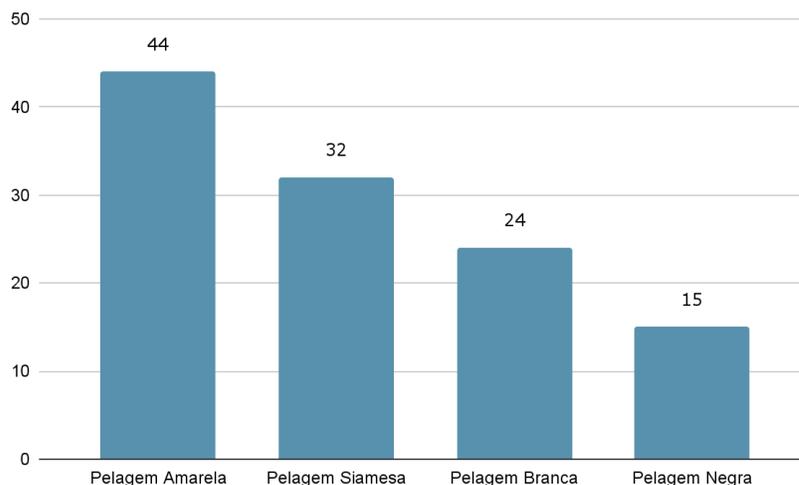


Figura 5: Preferência de adoção de felinos de pequeno porte
Fonte: autores, 2024.

No Brasil, o gato preto foi relacionado à “magia negra” e à má sorte e, não coincidentemente, no candomblé, o gato preto é associado a Exu (Machado & Paixão, 2014). E, nota-se, que a construção dos elementos e Divindades negras são associados ao mal, ao negativismo, ao oposto do aceitável pelo branco e suas ritualísticas religiosas.

Ao analisar a Figura 4 e sua respectiva discussão com a Figura 5 não é possível excluir a influência da religião do colonizador sobre os povos escravizados e, também, à própria imagem histórica do gato no contexto social e religioso. Acerca disso, Machado e Paixão (2023, p.238) evidenciam que

No início da Idade Moderna os gatos continuam trazendo conotações negativas oriundas de toda a representação criada na época medieval. Em dias festivos, como meio simbólico de expulsar o Demônio, gatos, especialmente os pretos, eram capturados e torturados, jogados em fogueiras, incendiados, colocados em espetos e assados vivos, mergulhados em água fervente, espancados até a morte e arremessados do topo das mais altas construções; em uma atmosfera de extrema alegria.

E se houver a adequada extrapolação e reflexão para as formas de maus tratos e associações negativas com os a cor e a semiótica envolvida, não é estranho que a sociedade brasileira, nas parcelas negras e subalternizadas, considerando as violências e tentativas de embranquecimento populacional(Lodi & Garcez, 2024), optem por animais de pelagem não negras e que se assemelham à ideia colonizadora, ainda vigente, do belo e do divino. Machado; Paixão (2014, p.237) complementam que

O Cristianismo extinguiu deuses pagãos, com consequências dramáticas para o gato na Europa. Neste período, gatos eram vistos como demônios malévolos, agentes do Diabo e companhias traiçoeiras de bruxas e videntes (BEAVER, 1992) principalmente os gatos pretos, já que esta cor simbolizava a morte e o mal.

Além disso, a semiótica estabelecida sobre o gato preto e a perpetuação de estereótipos do indivíduo negro e das suas manifestações é fruto de uma humanização equivocada dos animais que recaem em fazê-los resultados e exemplos da violência velada do racismo estrutural, que agora assume realces ambientais.

Isso resulta de um preconceito que coloca o animal como responsável pelas mazelas sofridas pelos animais ditos humanos, ao transferirem suas responsabilidades, crenças, culpas e infortúnios ao gato preto, fazendo-o carregar a pecha de dar azar a quem por ele passar ou tê-lo por perto. Estigma bem reproduzido e repassado por gerações, reforçado por mídias como as digitais, visuais e literárias, fazendo com que, ainda hoje, crianças, desde bem pequenas, acreditem que o gato preto dê azar, quando na verdade ele é quem sofre com a discriminação, sendo alvo da superstição e ignorância humana, por vezes, mesmo diante do conhecimento (Chaigar; Nunes, 2023, p. 105).

Esse processo preconceituoso reflete-se, também, no processo de adoção. Freitas (2020, p. 17) ao entrevistar a administradora de uma ONG de proteção animal, verificou que

[...] os gatos com aparência de raças, como siamês, têm maior facilidade de serem adotados. “Branco, siamês (branco com marrom), amarelo. As pessoas gostam muito e são gatos que conseguem adoção com muito mais facilidade. Quando tem um gato com os olhos de cores diferentes, a disputa é grande. As pessoas procuram muito. Dizem: Ah! É um gatinho preto, tomara que adotem!” ou “ah não tenho espaço na minha casa!” Mas, se aparecer um gato branco com olhos diferentes, num instante adotam. Essa preferência estética, é uma pena, mas acontece”.

Essa realidade destacada por Freitas (2020) valida e explica o cenário de preferência mostrado na Figura 6, onde os gatos com aparência de “racializados”, isto é, com pelagem amarela, branca e siamesa, possuem a preferência sobre os gatos pretos, que reflete o histórico da violência sofrida por esses animais apenas por terem a pelagem negra (França & Soares, 2015).

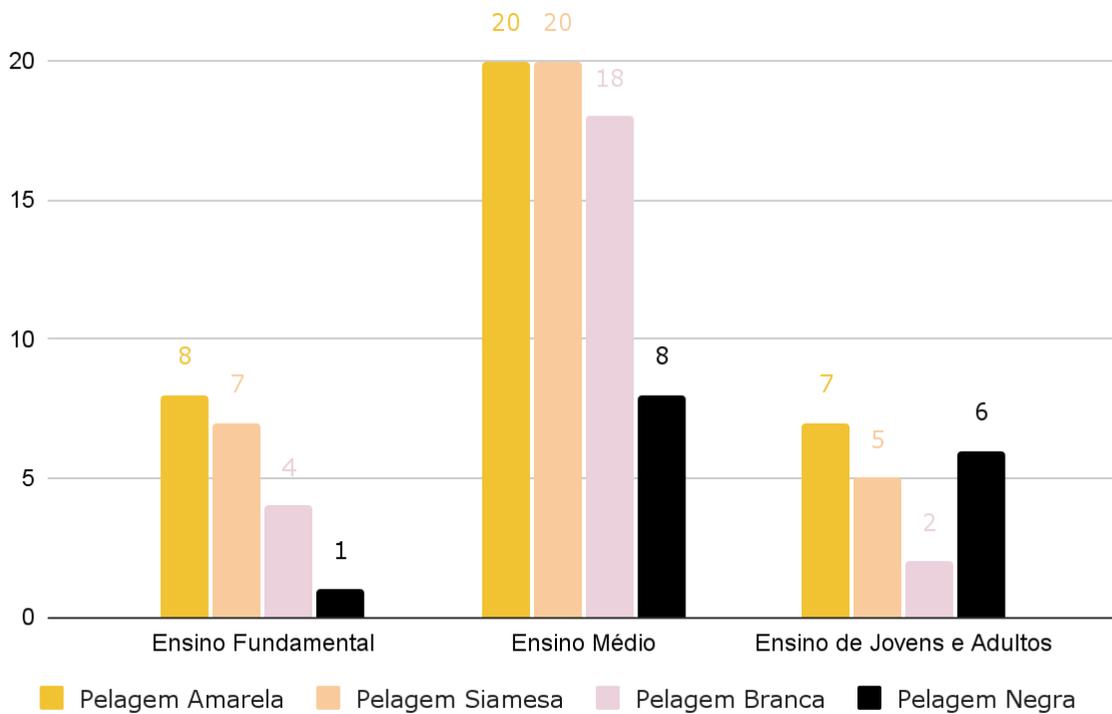


Figura 6: Preferência de adoção de felinos de pequeno porte desagregado por nível de ensino
Fonte: autores, 2024.

Maltratados e preteridos, os gatos com pelagem negra seguem sendo os menos adotados e mais maltratados (Freitas, 2020). Em uma pesquisa realizada entre 2022 e 2023,

em 18 ONGs de proteção animal, foi constatado que 21% eram gatos de pelagem negra, que podem passar toda a vida sem serem adotados (Petronilho, *online*).

O que se pode inferir é que a violência sofrida pela parcela da população vítima do racismo estrutural e das violências físicas, psicológicas, econômicas e sociais diversas advindas desse histórico processo de desumanização da pessoa negra reflete-se nos padrões de adoção de animais de estimação, que resgata, de forma complementar, o histórico de associação de elementos negativos aos animais de pelagem negra, revelando um ódio constante e profundo reproduzido nas mais diferentes sociedades.

O ambiente escolar, nesse sentido, já contaminado e reprodutor do racismo, de forma consciente ou inconsciente daqueles que operam a transmissão, compartilhamento e reprodução do saber carece de rever processos metodológicos e a pedagogia, de forma a banir a necropedagogia e promover o princípio da igualdade de forma efetiva e eficiente.

A reprodução do racismo sobre os animais não-humanos é, também, um indicativo da referida chaga aberta e pulsante que ainda vitimiza os corpos negros, a ritualística religiosa e o lugar no negro na estrutura social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo estrutural assume ares de legalidade e de aceitabilidade ao conseguir o sucesso de reprodução de dogmas sociais que justificam a exclusão do indivíduo não-branco dos espaços de convivência, trabalho e cultos religiosos e ao, sob uma pseudo justificativa de inclusão, diminuir a importância dos elementos culturais desses povos em discussões rasas e estereotipadas.

O negro, aqui ilustrado como a parcela da população não-branca que sofre as históricas violências promovidas pelo racismo, é vítima dessa história de escravização em terras brasileiras e vitimador, quando se reflete sobre como a educação, ao invés de libertar e dar instrumentos de ascensão social e resistência às violências, promove o oposto ao travestir-se de legalidade pedagógica.

O conjunto de indivíduos amostrados no centro-sul sergipano permitiu compreender como o trabalho infantil ainda é uma mazela social que ataca, principalmente, crianças e adolescentes negros no exaustivo trabalho agropecuário. Além disso, como consequência do

processo de colonização contínua, esses indivíduos amostrados mostraram-se adeptos da religião do colonizador, cujos reflexos vão além da negação dos elementos da ritualística negra e adentra ao racismo ambiental cujo processo leva à manutenção dos maus tratos a seres com pelagem negra. É, portanto, a manutenção do ciclo racista em que se faz oprimir os animais não humanos como uma preparação e aceitação da mesma violência para com os animais humanos.

Esta discussão alcança seu objetivo, direto e subjacente, ao mostrar que a educação não tem sido libertadora e não tem lutado contra o racismo, mas fomentado-o sempre que possível, por meio de elementos linguísticos verbais e não-verbais.

É reacende a discussão, para o estado de Sergipe, onde a maioria da população se vê e se percebe como negra, parda e preta, sobre uma necropedagogia que tem se colocado como mantenedora do *status quo* do colonizador na contemporaneidade enquanto o negro aprende o básico para ser, como antes, apenas uma ferramenta do sistema produtivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. H. S.; et al. A lei de aprendizagem como ferramenta para redução de desigualdades no Brasil e em Sergipe. **ConCi: Convergências em Ciência da Informação**, v. 6, n. especial, p. 1-14, 2023.

ASSIS, V. do V.; et al. Animais de estimação, seus direitos e sua posição na sociedade atual: uma análise com o direito comparado. **Revista Unimar Ciências**, v. 1, n. 32, 2024.

BARROS, A. E. A. Mfundisi We-África: Um Itinerário Educacional de Enfrentamento do Racismo e da Desigualdade. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

BASTOS, G. P. Anatomofisiologia, filosofia, bem-estar animal e sociedade. **Ciência Animal**, v. 34, n. 01, p. 135-148, 2024.

CARDOSO, A. P. L **Trabalho infantil e o ciclo vicioso da pobreza e violência no estado de Sergipe**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CHAIGAR, V. A. M; NUNES, A. N. Cidade, crianças e animais: azar é não amar gatinhos pretos!. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 32, n. 01, p. 95-115, 2023.

EUFRASIO, G. S.; et al. Perspectiva sócio-histórica da discriminação à população negra no contexto educacional no Brasil. **Pretextos - Revista Da Graduação Em Psicologia Da PUC Minas**, v. 7, n. 14, p. 239-257, 2023.

FRANÇA, J. de S.; SOARES, A. S. F. (Sobre) Vozes em campanhas de proteção animal. **Trama**, v. 11, n. 22, p. 85-96.

FREITAS, R. de O. **Os felinos e suas cores: uma análise da adoção e do abandono de gatos domésticos em relação a sua coloração de pelo**. Monografia - (Licenciatura) Curso de Biologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

GARCEZ, G. S.; LODI, M. S. L. A tese de branqueamento racial e o racismo estrutural no Brasil. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, v. 50, n. 140, 2024.

HÜNING, S. M.; SILVA, A. K. da; NETTO BRAGA, T. L. Vulnerabilidade da população negra e políticas educacionais no Brasil. **Cadernos CEDES**, v. 41, p. 110-119, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 10 de abr. 2024.

KUROSKI, F.; MACHADO, C. **Sustentabilidade e racismo ambiental: Intersecções na realidade brasileira**. 2024.

MACHADO, J. C.; PAIXÃO, R. L.. A representação do gato doméstico em diferentes contextos socioculturais e as conexões com a ética animal. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 11, n. 1, p. 231-253, 2014.

MATOS, P. M.; FRANÇA, D. X. de. Implicações do racismo no processo educativo de estudantes negros. **Educere et Educare**, v. 16, n. 40, p. 1-18, 2021.

MARCON, F. Do ensino básico ao ensino público superior: distorções sociais e étnico-raciais em Sergipe. **Revista Fórum Identidades**, v. 3, n. 15, 2013.

MARTINS, D. Necropedagogia: a face negra do projeto educacional no extremo Sul da cidade paulistana. **Revista Extraprensa**, v. 15, n. Especial, p. 341-358, 2022.

MONTEIRO, L. Q. G. Rapsódia para o homem negro: a ancestralidade como forma de combate à violência racial. **Revista Aedos**, v. 16, n. 35, p. 514-531, 2024.

MOREIRA-PRIMO, U. S.; FRANÇA, D. X. de. Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar. **Revista Uniabeu**, v. 13, n. 33, p. 24-44, 2020.

OLIVEIRA, J. M. F. de. **Racismo ambiental na pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade no centro-sul do estado de Sergipe**. 2022. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.

OLIVEIRA, A. M.; DRESCHER, S. W. A epistemologia especista e o avanço mitigado na proteção dos animais no Brasil: estudo de caso do processo legislativo para a criação da lei sansão (lei nº 14.064 de 2020). **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, v. 22, n. 39, p. 87-116, 2024.

PASSOS, G. P. da R.; et al. Projeto acorde: cantando contra o preconceito racial. **Revista Expressão Científica (REC)**, v. 3, n. 2, p. 19-29, 2018.

Petronilho, J. **Gatos pretos representam 21% dos pets para adoção**. Disponível em: <https://www.petlove.com.br/dicas/gatos-pretos-representam-21-dos-pets-para-adoacao>. Acesso e 15 maio de 2024.

RIBEIRO, D. de F.; SQUILANTE, D. L. O silêncio diante da desigualdade racial brasileira: subsídios para transformações nas práticas escolares. **Educação & Formação**, v. 7, 2022.

SANTOS, B. C. F. dos. O necessário enfrentamento antirracista e o papel do educador da escola pública. **Revista Aleph**, v. 1, n. 1, 2024.

SANTOS, M. C. C. dos. **O cotidiano escolar da EMMGR–Serra da Guia, poço redondo sergipe (comunidade quilombola)** . [Dissertação de mestrado em educação]. Universidade Tiradentes: Aracaju, 2013.

SILVA, C. Da cor ao corpo: estigmas religiosos que atravessam o espaço escolar. **Revista Campo Minado-Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, v. 4, n. 5, 2024.

Silva, J. E. S. B. D. **Ensino religioso na educação brasileira: breve análise histórica**. Monografia - (Licenciatura) do Curso de Ciências das Religiões, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

VASCONCELOS, C. A. de. O território citricultor e o trabalho infanto-juvenil no centro-sul de Sergipe/Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-12, 2011.

VASCONCELOS, C. A. Analisando Programas Socioeducativos em Sergipe: o caso do PETI e sua relação com a escola. **Revista TOMO**, n. 23, 2013.

Enviado em 16/05/2024
Aprovado em 18/02/2025